

## ÍNDICE

Origem e natureza deste texto	5
1. Observações preliminares	7
2. Duas notas liminares sobre o tema	8
3. Antiguidade das normas sobre interpretação dos contratos	9
4. Natureza das normas legais sobre interpretação dos contratos	14
5. O juiz como destinatário principal das normas sobre interpretação dos contratos	16
6. Localização da interpretação do contrato na oposição entre questões de facto e de direito	18
7. Das regras dos códigos de Ferreira Borges e de Seabra às regras gerais do Código Civil vigente	48
8. O que de essencial se pode retirar dos arts. 236 a 238 para a interpretação dos contratos	54
9. Algumas ênfases com recurso à jurisprudência do STJ	58
10. A relevância da conduta das partes posterior ao contrato	59
11. A interpretação para efeitos de redução e conversão dos contratos (arts. 292 e 293) e a preferência pelo sentido que evite ou minore a invalidade do contrato	61

12. Outros níveis de regulação da interpretação dos contratos no Código Civil vigente (outros lugares da Parte Geral, obrigações em geral, contratos em especial, e até disposições sobre contratos constitutivos de direitos reais)	63
13. As especialidades dos contratos celebrados com recurso a cláusulas gerais e dos contratos de adesão	64
14. A interpretação do contrato e o recurso à equidade na determinação das prestações	68
15. A atribuição a terceiro da determinação das prestações e a arbitragem	69
16. As regras processuais sobre determinação judicial das prestações	71
17. A chamada integração: natureza e relação com as normas supletivas	71
18. Interpretação do contrato, normas supletivas («integrativas» e «de interpretação subsidiária») e presunções legais ilidíveis sobre o significado de estipulações contratuais	82
19. A interpretação dos estatutos de origem contratual	88
20. A interpretação dos contratos internacionais	96
21. Regras constantes de instrumentos de <i>soft law</i>	96
22. Duas reflexões finais	99